



ARTIGOS TEMÁTICOS/
THEMATIC ARTICLES

A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

*The contemporary relationship between Social Work and social
movements*

Maristela Dal Moro¹
Morena Gomes Marques²

RESUMO

O presente artigo tem como proposta fazer uma análise da atual produção acadêmica do Serviço Social e sua relação com os movimentos sociais. O trabalho está organizado em três eixos que tratarão das dimensões teórica, político-organizativa e da prática profissional. A referência para a análise serão os pressupostos éticos e políticos do Projeto Profissional de Ruptura.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Movimentos Sociais. Projeto Ético Político.

¹ Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. E-mail: <dalmororj@uol.com.br>.

² Assistente social, mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UERJ. E-mail: <morenamarques@yahoo.com.br>.

ABSTRACT

In this article, we aim at making a preliminary systematization of the current social work's academic production and its relationship with social movements. The study is organized into three axes that concern the theoretical, political-organizational, and professional practice dimensions. The analytical references will be the ethical and political assumption of the Professional Disruption Project.

KEYWORDS

Social work. Social movements. Ethical-political project.

Submetido em 30/05/2011

Aceito em 28/06/2011

1 Introdução

O presente estudo surge a partir do questionamento da relação que o Serviço Social constrói com os movimentos sociais nos dias atuais, considerando os pressupostos ético-políticos do Projeto Profissional de Ruptura. Busca-se identificar a produção desta profissão sobre a temática, reconhecendo os âmbitos nos quais ocorre: a dimensão teórico-conceitual, político-organizativa e da prática profissional.

O pressuposto desse interesse está na compreensão do significado social desta profissão, enquanto uma especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, que em determinado momento histórico rompe com os muros do “estritamente profissional” e “lança alicerces mais sólidos para a análise de sua relação com o movimento das classes sociais” (IAMAMOTO, 2004, p.88).

A escassa visibilidade acerca do tema³, a pouca sistematização das experiências de campo existentes na área e o desconhecimento por parte dos assistentes sociais de sua própria produção sobre os movimentos sociais explicita a relevância deste trabalho. A ausência da atuação profissional “[...] em organizações e associações próprias da classe trabalhadora, por elas criadas e geridas, assim como a falta de vínculos sólidos com seus movimentos sociais autônomos” (IAMAMOTO, 2004, p. 47) demonstram a necessidade de resgatar no espaço acadêmico e profissional a pesquisa acerca dessa temática.

Com vistas a suscitar o debate, busca-se responder a seguinte indagação, *quais têm sido as escolhas ético-políticas hegemônicas do Serviço Social na sua relação contemporânea com os movimentos sociais, expressa em sua produção teórica?* Para tanto, pretende-se analisar o(s) conceito(s) de *movimentos sociais* incorporado(s) pelos profissionais em suas publicações acadêmicas, como também verificar dentre as temáticas trabalhadas, a possível existência de uma articulação política da categoria com determinados sujeitos coletivos e a presença de relatos/propostas de intervenção profissional junto a essas organizações.

Como ponto de partida, realiza-se uma breve síntese dos determinantes históricos que possibilitaram a aproximação da profissão a esses sujeitos históricos. O primeiro item trata da incorporação da temática *movimentos sociais* pela profissão, destacando o Movimento de Reconceituação latino-americano e a aproximação limitada aos sujeitos coletivos organizados e às tendências teórico-críticas.

³De acordo com Iamamoto (2008), apenas 5,8% do total de pesquisas realizadas no país no âmbito universitário, referem-se a temáticas relativas aos movimentos sociais.

O segundo item trata especificamente do Brasil, do processo de renovação profissional tardia, viabilizada pela redemocratização vivenciada nos anos 80 e sua incidência no Serviço Social, em um contexto de ascensão do movimento operário e das lutas sociais. Ressalta-se, que este momento conduz a uma diferenciada interlocução com os trabalhadores e seus instrumentos de classe, edificando as bases políticas necessárias para a construção de um projeto profissional contra-hegemônico, fundamentado na perspectiva marxista.

Finaliza-se o artigo apresentando um balanço contemporâneo da relação do Serviço Social com os movimentos sociais, a partir da produção teórica sobre o tema. O estudo terá como fonte de análise as publicações em Anais dos dois maiores encontros da categoria profissional, o Congresso Brasileiro dos Assistentes Sociais (CBAS), e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), no período compreendido entre a segunda metade dos anos 90 ao fim dos anos 2000⁴.

2 A incorporação do debate dos movimentos sociais no Serviço Social

A aproximação política com os interesses dos setores populares se deu de forma tardia na profissão, dado o surgimento do Serviço Social brasileiro atrelado a Doutrina Social da Igreja Católica e ao viés reformista de tendência empiricista e pragmatista no continente, alçado nos marcos do pensamento conservador das Ciências Sociais até o final da década de 1950. Assimilando esses

⁴Delimitamos a investigação das fontes no período histórico citado, anos 90 e 2000, porque visamos, sobretudo, analisar a correlação de forças do caminhar da profissão, no período que compreende tanto a hegemonia do Projeto Ético Político Profissional, como também sua ameaça pela conjuntura política, econômica e cultural desfavorável à classe trabalhadora.

princípios teóricos e políticos, a profissão tem sua emergência configurada junto a organizações e grupos da classe dominante. Os primeiros movimentos aos quais o Serviço Social se vincula no país são de base militante tradicional católica – o Apostolado Leigo, a Ação Social e a Ação Católica⁵.

O esforço político e teórico de superação do *tradicional*⁶ surge apenas nos marcos da década de 1960, expressa no denominado *Movimento de Reconceituação* latino-americano, que tem seus mais profícuos rebatimentos no Brasil na segunda metade dos anos 1970. As alterações e diferenciações no interior da mesma profissão e a luta por hegemonia entre distintas perspectivas críticas ao Serviço Social *tradicional* – de modernização e de ruptura – são expressão da complexa relação entre os determinantes das transformações societárias e o que é constitutivo da própria profissão. O Serviço Social sofre a influência macrosocietária do período, de profundas mudanças econômicas, sociais, políticas e ideoculturais, oriundas do exaurimento do padrão rígido de acumulação capitalista e das consequentes respostas que lhe são dadas pelo movimento das classes sociais em confronto.

O movimento de contestação aos fundamentos *tradicionais* do Serviço Social circunscreve-se na conjuntura continental de

⁵Organizações do militantismo católico estiveram entre *as bases organizacionais e humanas mais importantes* para o surgimento da profissão no país. Entre elas pode-se citar os exemplos da Associação das Senhoras Brasileiras (1922) e da Liga das Senhoras Católicas (1923) (IAMAMOTO, 2004, p.19-20).

⁶Netto (1981, p.60) compreende por Serviço Social *tradicional* a prática profissional empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada. Esse, fundamenta-se em uma ética liberal burguesa e sua teleologia consiste na correção funcionalista de resultantes psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sempre pressupostos a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável.

neocolonização, típica do capitalismo monopolista. Apesar das particularidades que envolviam a formação histórica das nações latino-americanas, elas configuravam-se como os últimos espaços disponíveis para a expansão do capital. Em um contexto de Guerra Fria pós-1945, o tensionamento das estruturas sociais do mundo capitalista refletiam duas opções: a incorporação subordinada e dependente ao império econômico das grandes corporações através do reformismo-desenvolvimentista, ou a perspectiva revolucionária socialista de rompimento das amarras imperialistas, como vista no advento das democracias populares e na revolução cubana. O caráter político da transferência desse padrão de acumulação previa, como condicionante econômico, a estabilidade na relação entre as classes. Para tanto, *estabilidade* se convertia no lema autocrático estadunidense “[...] desenvolvimento com segurança [...]”, pela elevada centralização do poder das burguesias e dos governos pró-capitalistas das nações periféricas (FERNANDES, 1976, p.251-255).

Conforme Iamamoto (2002), os rebatimentos desse contexto incidiram fortemente sobre a profissão, tanto no que diz respeito aos novos projetos, recursos materiais e humanos exigidos, como pela repercussão no que lhe é constitutivo: a matéria sobre a qual opera e suas respectivas áreas de atuação e unidade profissional⁷. O reconhecimento do Serviço Social como profissão, dada sua

⁷O Método BH, proposto pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais formulou um novo projeto profissional, alicerçado na ruptura com o tradicionalismo. A unidade profissional constituía-se na crítica ao caráter asséptico e transclassista tradicional; o objeto de atuação seria a “[...] ação social da classe oprimida[...]”; e os objetivos profissionais constariam em dois âmbitos: o objetivo-meta – “[...] a transformação da sociedade e do homem [...]” e os objetivos-meios – “[...] a conscientização, a capacitação e a organização [...]” (NETTO, 2007, p.279). Também conferir Projeto da Escola de Trabajo Social de Valparaíso em Faleiros (1986, p. 61-64).

laicização e afirmação enquanto categoria profissional assalariada, esteve diretamente vinculada às bases econômicas, sociais e políticas da organização monopólica. Na medida em que se acentuavam as disparidades, outros projetos de sociedade ganharam espaço no interior da profissão, ultrapassando os limites do “[...] compósito referencial ideal incorporado pelo projeto sócio-político conservador próprio à burguesia monopolista” (NETTO, 2007, p.128).

A contradição entre a mobilização popular e o projeto reformista autocrático-burguês, presente nas relações periféricas de dependência, imprimiu ao Serviço Social no seu complexo teórico, prático e político um repensar de autocrítica e contestação, constituindo as bases necessárias para a negação do tónus humanista-cristão e da prática assistencialista que incorporou em sua gênese histórica e trajetória profissional. O *repensar* de abrangência continental assume acentuada radicalidade na tendência político-ideológica de ruptura com o *tradicionalismo*, enquanto projeto vivo de mudanças profissionais, inscrito na “[...] dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora e exploradora” (FALEIROS, 1986, p.51). Esta tendência profissional apenas foi possível através da construção de uma relação orgânica com os movimentos sociais, viabilizada por dois condicionantes conjunturais e acadêmicos: a emersão das organizações de classe dos trabalhadores e a interlocução com a tradição marxista.

O primeiro condicionante, a organização da classe trabalhadora, se configurou na conjuntura internacional da década de 1960 (delimitada pela crise de legitimidade da ordem burguesa, pelo questionamento às instituições, órgãos estatais e ao acirramento das desigualdades) por uma ação de cariz revolucionário, como o

“[...] principal elemento de transbordamento, ruptura e confrontação” (ANTUNES, 2006, p.41). À ebulição das ações dos trabalhadores questionando os pilares fundantes da sociabilidade do capital somava-se a emergência de novos atores sociais: os denominados movimentos contraculturais e novos movimentos sociais (movimentos étnicos, ecológicos, urbanos, antinucleares, feministas, etc.). A presença desses novos sujeitos políticos organizados, comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos, somados à ação político-partidária e sindical, desencadeou um processo intenso de lutas, com fecundos rebatimentos nos países de capitalismo dependente.

Na América Latina, onde se desenvolvia um forte sentimento de libertação nacional e social, gestaram-se as condições políticas propícias à organização e mobilização de diversificados sujeitos coletivos, dos quais destacam-se especialmente dois: os diretamente vinculados à Igreja Católica através da *Teologia da Libertação*: as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), a Ação Popular (AP), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), e os envolvidos com a Educação Popular, de influência de Paulo Freire: o Movimento de Educação de Base (MEB). Críticos às ditaduras de esquerda e ao *socialismo real* de totalitarismo stalinista, tais organizações eram imbuídas de uma leitura marxista “[...] humanista e militante [...]”, a qual valorizava como protagonista histórico o povo e o popular (FALEIROS, 1986, p.59). Esses movimentos propunham como norte um “[...] socialismo humanista [...]”, a ser alcançado através da estratégia revolucionária, que, além do trabalho de conscientização, pressupunha ação insurrecional.

O segundo condicionante, os condutos teóricos da tradição marxista, eram, em grande parte, responsáveis pela *forma* como o Serviço Social realizou sua aproximação a temática dos

movimentos sociais, no bojo das contradições do Movimento de Reconceituação. A interlocução entre os setores progressistas da profissão e o amplo e heterogêneo universo marxista foi perpassada por avanços e limites. Possibilitou tanto a polarização entre discussões e propostas, a contestação pública ao pensamento conservador, a ruptura com a imagem de uma profissão *homogênea* presente nos marcos do tradicionalismo, como foi acompanhada por “[...] inúmeros equívocos e impasses teóricos, políticos e profissionais” (IAMAMOTO, 2001, p.210). Tendo por influência as correntes críticas das Ciências Sociais e da Pedagogia, a vertente de ruptura do Serviço Social promove uma diluição do pensamento marxiano, substituindo-o por uma documentação primária de terceiros (SILVA e SILVA, 2002, p.79).

A plural organização política latino-americana, possuidora de um rol eclético de influências, das encíclicas de João XXIII a Paulo Freire, perpassando clássicos da militância marxista (Lênin, Trotsky, Mao e Guevara), foi a principal referência pela qual se deu a aproximação profissional com o universo marxista. O traço mais evidente desse diálogo é a ausência da teoria de Marx, tendo por condutos teóricos manuais de divulgação do “[...] marxismo oficial [...]”, de influência neopositivista, “[...] cujas produções foram seletivamente apropriadas, numa ótica utilitária, em função de exigências prático-imediatas, prescindindo-se de qualquer avaliação crítica” (IAMAMOTO, 2001, p.211).

Segundo Netto (2007, p.149) o ecletismo das elaborações reconceptualizadas envolveu principalmente três circunstâncias: *a recusa à importação de teorias*, por meio da crítica à produção estadunidense e a valorização *autóctone*, vista como “[...] necessária ao fortalecimento das ideologias na América Latina [...]”; o *confusionismo ideológico*, que buscou sintetizar sobre um mesmo dogmatismo as inquietudes da esquerda cristã às gerações

não-ortodoxas e não-tradicionais; e, por fim, o *reducionismo próprio ao ativismo político*, ao qual são precursores Manoel Zabala, Herman Zabala e Juan Mojica, que propunham “[...] a abolição de toda metodologia”, numa clara defesa da transformação do profissional em militante e de negação da esfera estatal (FALEIROS, 1986, p.61). Nesta inicial interlocução do Serviço Social com os movimentos sociais, lamamoto (2004, p.156) identifica a construção de um imaginário imaturo e ingênuo das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma “[...] superestimação do potencial político do papel profissional, aproximando-se de uma visão messiânica e heróica [...]”.

Apesar das múltiplas dimensões que a aliança entre o Serviço Social e os sujeitos coletivos abrangeu – conduto teórico, espaço político-profissional organizativo e área de intervenção profissional – o curto lapso temporal do Movimento de Reconceituação não permitiu um aprofundamento desta relação, de forma a superar suas contradições e impasses teóricos. O exaurimento dos espaços políticos democráticos pela hegemonia da perspectiva burguesa de *modernização* por vias ditatoriais abortou o amadurecimento e avanço dos principais pólos renovadores, sobretudo em países como Chile, Argentina e Uruguai. O discurso não ultrapassou os limites da “[...] fé no povo e na ação dos agentes, chamando de revolução as mudanças dos sujeitos no sentido da participação, mas adotando as mesmas mediações práticas do processo tecnocrático” (FALEIROS, 1986, p.60). É no Brasil, em um desenvolvimento ainda que tardio do processo reconceituador – ao fim do processo autocrático burguês – que a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais ganhou novos contornos, em uma conjuntura histórica propícia a mudanças e transformações.

3 A reorganização política da classe trabalhadora brasileira e o Serviço Social

Nos marcos da insurgência do processo Reconceituador na América Latina, o Brasil vivia um período de profundas transformações político-econômicas. O sistema democrático fortalecido nos anos 1960, diante da proposta populista de maior radicalização apresentada pelo governo de João Goulart, proporcionou as condições necessárias para o surgimento e legalidade de organizações político-partidárias de inspiração socialista revolucionária, a ampliação das lutas por direitos sociais básicos até o momento negados e a emergência de diversificados protagonistas no quadro da esquerda marxista⁸.

Mediante a agitação política que conquista força no Brasil e na América Latina, se esboçam na profissão algumas tentativas de vinculação da ação profissional aos processos e lutas por mudanças (SILVA e SILVA, 2002). A conjuntura inédita de formação de uma consciência nacional-popular, com a participação de significativos setores sociais na luta por reformas estruturais e de base, aliada a construção de uma política pública abrangente, produz consideráveis rebatimentos nos quadros mais jovens de assistentes sociais. No *espírito da época* – de aprofundamento do processo democrático na sociedade e no Estado – confluem distintas expectativas, ganhando espaço, ainda que incipiente e sobre um segmento limitado, uma dinâmica de erosão das expressões consagradas do Serviço Social. Netto (2007) reconhece, neste primeiro momento de *renovação* do Serviço

⁸Dentre as organizações da esquerda marxista no período pré-golpe destacam-se em 1961 a organização revolucionária Política Operária (POLOP), simpatizante de Rosa Luxemburg e Trotsky e a criação em 1962 do Partido Comunista do Brasil (PC do B), fruto de uma cisão de segmentos do PCB.

Social, quatro condutos de mediação com os detonadores externos de seu viés *tradicional*:

O primeiro remete ao próprio amadurecimento de setores da categoria profissional, na sua relação com outros protagonistas (profissionais nas equipes multiprofissionais; sociais e grupos da população politicamente organizados) e outras instâncias (núcleos administrativos e políticos do Estado). O segundo refere-se [...] a emersão de católicos progressistas e mesmo de uma esquerda católica com ativa militância cívica e política que afeta sensivelmente a categoria profissional. O terceiro é o espraiar do movimento estudantil, que faz seu ingresso nas escolas de Serviço Social. O quarto é o referencial próprio de parte significativa das ciências sociais do período, imanta por dimensões críticas e nacional-populares (NETTO, 2007, p.140-141).

É a partir de tais vetores, condicionados por uma conjuntura nacional e internacional desenvolvimentista que supunha novas exigências e atribuições que não mais o caso/grupo, que se gestam através de novos referenciais teórico-metodológicos as possibilidades de uma inicial relação profissional com os movimentos sociais. O Desenvolvimento de Comunidade⁹ no Brasil, aliado a uma política governamental de bases populista e reformista, cria os determinantes para proposições que ultrapassem a esfera modernizadora e acrítica. A aproximação com novos sujeitos coletivos, sobretudo, o Movimento de Educação de

⁹ O Desenvolvimento de Comunidade foi um método proposto na década de 50 pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo referendado por inúmeros organismos internacionais (UNESCO, OEA, OIT, OAA, CEPAL) e difundido pelas classes dominantes, organizações privadas e Estado. Essas instituições cumpriam a função de “[...] veiculação da ideologia e interesses norte-americanos, tanto no meio rural como nas áreas urbanas [...]” através da *importação* de educação, idéias e métodos pedagógicos, nos supostos a-classistas da harmonia e equilíbrio (AMMANN, 2009, p. 31).

Base (MEB¹⁰), consolida uma vertente diferenciada deste método, a qual se aproxima do método materialista-histórico e assim, da luta pela hegemonia das classes subordinadas (AMMANN, 2009, p.98-99).

O primário diálogo do Serviço Social com os movimentos sociais críticos é temporariamente abortado. O golpe militar de 1964 interrompe o cenário de mobilização popular e “[...] neutraliza os protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado, cortando os efetivos suportes que poderiam dar um encaminhamento crítico e progressista ao Serviço Social” (NETTO, 2007, p. 141).

Contudo, é a autocracia burguesa que possibilita à profissão um amplo processo de renovação. O aprofundamento da expansão monopolista, que alterou o processo de produção e reorganizou o aparelho do Estado, criou as condições históricas para a gestação dos pilares de um novo perfil da categoria profissional (IAMAMOTO, 2001). Consolida-se, nesse período, um mercado profissional macroscópico, laicizado e centralizado e um novo *padrão acadêmico* em nível de graduação e pós-graduação.

Essa maturação acadêmica e profissional, gestada em pleno período da ditadura militar, vai permitir que o Serviço Social se posicione de forma diferente, afinado ao alvorecer do processo de redemocratização da sociedade e do Estado, em conjunto com os sujeitos coletivos que se manifestam no cenário social brasileiro.

¹⁰ Segundo Ammann (2009) o MEB caracterizou-se como um programa de Desenvolvimento de Comunidade, realizando uma ação abrangente nas áreas de educação, trabalho, cultura popular, sindicalismo rural, etc.

Segundo Souza (1985), a descoberta do assistente social enquanto parte da classe trabalhadora o leva a alternativas políticas e profissionais junto aos movimentos sociais, intensificando as aspirações democráticas e populares, ampliando os espaços de participação, poder e pressão desta categoria profissional.

A primeira manifestação desse envolvimento político se deu através da articulação político-organizativa da profissão via entidades da categoria que demarcam a inserção de um segmento de profissionais nas lutas sociais em curso na sociedade. A expressão mais forte desse processo organizativo da categoria foi a criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), fundada em 1983. Coube a essa entidade fortalecer os vínculos da profissão com as lutas gerais da classe trabalhadora, além de garantir o encaminhamento das demandas específicas da categoria, tais como o plano de cargos e carreiras dos servidores públicos federais (PCC) e as condições de trabalho, salário e carga horária dos assistentes sociais.

Segundo Abramides e Cabral (2009), entre as bandeiras a que se vincula essa entidade sindical destacam-se a luta pela Reforma Sanitária e implantação do Sistema Único de Saúde, o SUS; a luta pela Reforma Urbana, por políticas habitacionais e ambientais, pela posse da terra nas favelas, pelo direito à moradia, cidade e justiça; a luta pelo transporte de qualidade; a luta pelas creches como direito da infância, das mulheres e homens trabalhadores; o combate à discriminação e opressão de classe, gênero, raça, etnia e orientação sexual; e, especialmente, a defesa de políticas sociais específicas para mulheres, crianças e adolescentes, população em situação de rua, negros, indígenas, idosos e livre orientação sexual.

Segundo as autoras, o vínculo dessa entidade com as lutas mais gerais, na sua relação com os espaços sócio-ocupacionais dos

assistentes sociais, potencializa “[...] a inter-relação do exercício profissional com os movimentos sociais de luta por direitos, que ganha estatura no âmbito da luta institucional, a partir da promulgação da Constituição em 1988” (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p.97).

É a partir desta organização dos assistentes sociais, como *trabalhadores e com os trabalhadores*, que se pode pensar no estabelecimento de um vínculo orgânico do Serviço Social com os movimentos sociais. Contudo, se a dimensão político-organizativa e a inserção profissional nas instâncias de luta dos trabalhadores foram as bases de rearticulação do Serviço Social com os movimentos sociais, o seu aprofundamento só se dará na medida em que a profissão ganha maioria teórica e intelectual.

É sobretudo com Iamamoto (1982), que o Serviço Social estabelece a interlocução com a teoria social de Marx, o que lhe possibilita desvendar o significado social da profissão. Torna-se hegemônica uma abordagem que compreende a profissão inserida na dinâmica das relações sociais capitalistas, participando do processo de reprodução dessas relações¹¹ e de seus interesses contrapostos, respondendo através de sua intervenção a demandas tanto do capital como do trabalho. A contradição de sua prática é assim identificada no atendimento “[...] as necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses

¹¹ Iamamoto (2004, p.99) quando se refere à reprodução das relações sociais, diz respeito ao processo de reprodução da própria sociedade, da relação contraditória estabelecida entre as classes sociais antagônicas, não se limitando apenas à reprodução da força de trabalho e aos meios materiais de produção. Fala, portanto, da “[...] reprodução de um modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: um modo de viver e trabalhar de forma socialmente determinada”.

interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor básico da história” (IAMAMOTO, 2004, p. 99).

Esse referencial vai sendo incorporado a um segmento considerável da categoria e ganha novos contornos nos anos posteriores, o que possibilita a inserção dos profissionais nas lutas dos trabalhadores em outro nível, a partir da conjuntura de democratização da sociedade e de ascensão das lutas dos trabalhadores. Ao se reconhecerem como profissionais assalariados, os assistentes sociais se inserem junto aos movimentos sociais, na maioria das vezes, via instituições empregadoras ou em instituições de organização autônoma da classe trabalhadora, como os sindicatos (CARDOSO; LOPES, 2009). Rompem, com isso, com as referências que orientaram a relação do Serviço Social com as lutas sociais no período do Movimento de Reconceituação, que ao negar a instância estatal colocava no mesmo patamar a prática profissional e a prática política.

Na esteira do processo de democratização das instituições, do fortalecimento das lutas pela democratização e por direitos de cidadania, os assistentes sociais passam a se inserir junto aos setores organizados da sociedade incentivando os processos organizativos e apoiando as lutas e reivindicações. Nessa mesma direção estão as experiências profissionais vinculadas aos setores organizados nos espaços urbanos das grandes cidades, principalmente as associações de moradores, os clubes juvenis e demais organizações urbanas. Tais experiências foram fundamentais para adensar o debate acerca dos movimentos sociais no Serviço Social e possibilitam uma interlocução mais estreita com as ciências sociais, mais especificamente com a discussão acerca dos movimentos sociais urbanos.

Muitas reflexões originam-se da forte presença do assistente social nas lutas e reivindicações dos trabalhadores pela consolidação e ampliação dos direitos de cidadania que antecedem a formulação da Constituição de 88, principalmente a partir de meados da década de 80. Ganha status o debate acerca das políticas sociais, que se colocam como um espaço em disputa. Afigurando-se, portando, em objeto de reivindicação de segmentos organizados da sociedade.

Alguns profissionais se inserem nos espaços de luta dos trabalhadores e, para isso se utilizam de diversas propostas metodológicas. Segundo Silva (2005), esses profissionais estão orientados por um compromisso com os setores populares, considerando como espaços de intervenção profissional “as instituições estatais, empresas privadas e movimentos sociais” (SILVA, 2002, p.173).

A autora destaca que tal proposta apresenta como estratégias básicas para viabilizar, operativamente, o novo projeto profissional junto aos setores populares alguns recursos e instrumentos: a *Formação de alianças*, como meio de construção de um poder compartilhado entre técnicos, profissionais, sindicatos e grupos das classes dominadas, com o objetivo de alterar a correlação de forças, “[...] tanto no interior das instituições como na sociedade civil, através do apoio às lutas dos movimentos sociais populares” (SILVA e SILVA, 2002, p. 175); a *Educação Popular*, de influência de autores da pedagogia, sobretudo Paulo Freire – com vistas a constituir uma dimensão educativa libertadora na formação profissional, possibilitando ao assistente social captar o cotidiano de vida e trabalho dos setores populares refletindo com os mesmos sobre sua realidade, apoiando suas formas de organização e reivindicação de direitos, auxiliando-os a sistematizar sua própria prática de vida e a assumir a direção do processo político; a

Investigação-ação, enquanto procedimento metodológico utilizado no exercício profissional com os movimentos sociais urbanos, em experiências de campo-piloto de universidades¹² e instituições públicas, considerada como “[...] o caminho mais correto para o estabelecimento da unidade dialética teoria-prática, como forma de superar o teorismo e o pragmatismo, conferindo uma direção prática ao conhecimento” (RAICHELIS, 1982, p.76); e, por fim, como quarto eixo articulador da proposta de ação profissional, a *assessoria aos movimentos sociais*, tendo por objetivo a contribuição efetiva “[...] no processo de conscientização, mobilização e organização da população explorada, a fim de capacitá-la para que se converta em agente de seu próprio desenvolvimento e sujeito da transformação social”.

De acordo com Raichelis (1982), a incorporação desses eixos ampliou as possibilidades de escolha por uma prática articulada política-ideologicamente ao projeto societário contra-hegemônico da classe trabalhadora e criou as bases para o estabelecimento de um vínculo orgânico aos interesses populares, no âmbito da formação profissional, da organização político-sindical da categoria e do trabalho em instituições públicas e privadas. A colaboração do assistente social aos movimentos sociais é pensada, portanto, “[...] nas ações concretas com o objetivo de, por um lado, instrumentalizar a população para exigir melhoria na prestação de serviços por parte do Poder Público e, por outro, conjugar este processo com o fortalecimento dos mecanismos coletivos de organização popular” (RAICHELIS, 1982, p. 79).

¹²Na PUC-SP desenvolve-se a partir de 1978 uma experiência de trabalho entre professores e alunos em um projeto de Campo-Piloto junto ao movimento de Loteamentos Clandestinos na Zona Sul da capital.

Embora essa discussão acerca dos movimentos sociais e da prática profissional nesses espaços represente um avanço se comparado com o debate que realizado pelo Movimento de Reconceituação, algumas simplificações e equívocos ainda permanecem no decorrer da década de 80. O debate e a inserção profissional junto aos movimentos sociais não avançam no mesmo ritmo que outras discussões realizadas pela profissão e essas lacunas reaparecem, sob novas bases, a partir da década de 90.

4 A produção contemporânea do Serviço Social sobre os Movimentos Sociais

Tendo como referência os trabalhos publicados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS's) e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS's), problematiza-se a relação que os profissionais estabelecem com os múltiplos sujeitos coletivos a partir de três dimensões: teórica, político-organizativa e prático-profissional. No aspecto teórico evidencia-se um afinamento do Serviço Social com determinados autores, incorporados de forma crescente por meio do debate dos novos movimentos sociais. No âmbito político-organizativo, fazem-se presentes dois significativos debates: a organização política geral da classe trabalhadora, sua crise e resistência a conjuntura atual, e a discussão das particularidades que envolvem a organização sindical dos assistentes sociais. E, por fim, a dimensão prático-profissional, menos presente nos trabalhos publicados, evidencia as experiências atuais de *assessoria* tanto nos espaços organizativos legítimos das classes subalternas como nos canais institucionais de participação popular.

Diante dos dados obtidos, expressos nas tabelas e gráficos abaixo, podemos afirmar que a discussão sobre os *movimentos sociais*, apesar de conter uma grande pluralidade de pesquisas, ainda

permanece um *tema oculto* no debate profissional, visto que possui, ao menos no seu referencial quantitativo, pouca visibilidade nas análises do Serviço Social. Segundo Iamamoto (apud BRAVO; MATOS, 2006, p.156), este fenômeno torna-se *preocupante*, ainda mais se considerarmos a conjuntura brasileira de contra-reforma do Estado, redução de direitos sociais conquistados, fragmentação e criminalização das lutas sociais.

Tabela 1 - Publicações sobre Movimentos Sociais nos CBAS e ENPESS (1995 – 2008)

Eventos	Total de Trabalhos	Trabalhos sobre Movimentos Sociais	Porcentagem
VIII CBAS [1995]	205	17	8,29%
V ENPESS [1996]	170	11	6,47%
IX CBAS [1998]	318	7	2,20%
VI ENPESS [1998]	161	24	14,91%
VII ENPESS [2000]	230	14	6,09%
X CBAS [2001]	784	31	3,95%
VIII ENPESS [2002]	374	28	7,49%
XI CBAS [2004]	984	17	1,73%
IX ENPESS [2004]	546	15	2,75%
X ENPESS [2006]	745	37	4,97%
XII CBAS [2007]	835	12	1,44%
XI ENPESS [2008]	852	22	2,58%
Total	6204	237	3,82%

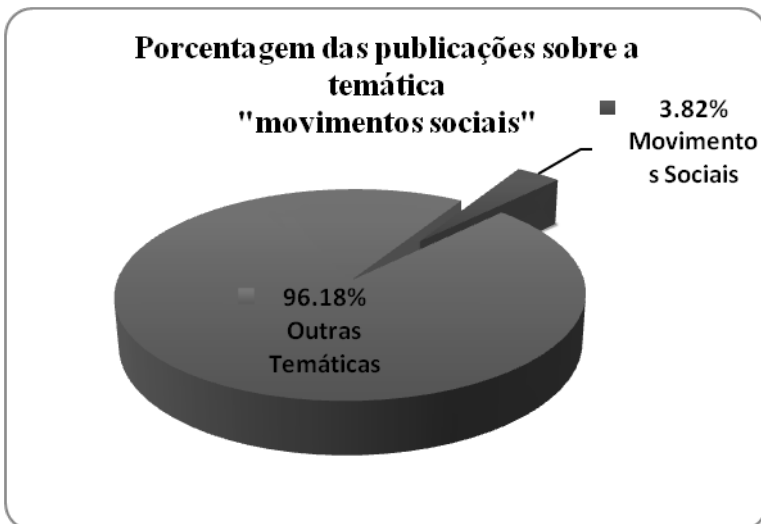


Gráfico 1 - Total das publicações sobre os movimentos sociais



Gráfico 2 – Linha evolutiva das publicações sobre movimentos sociais. Fonte: Anais CBAS e ENPESS.

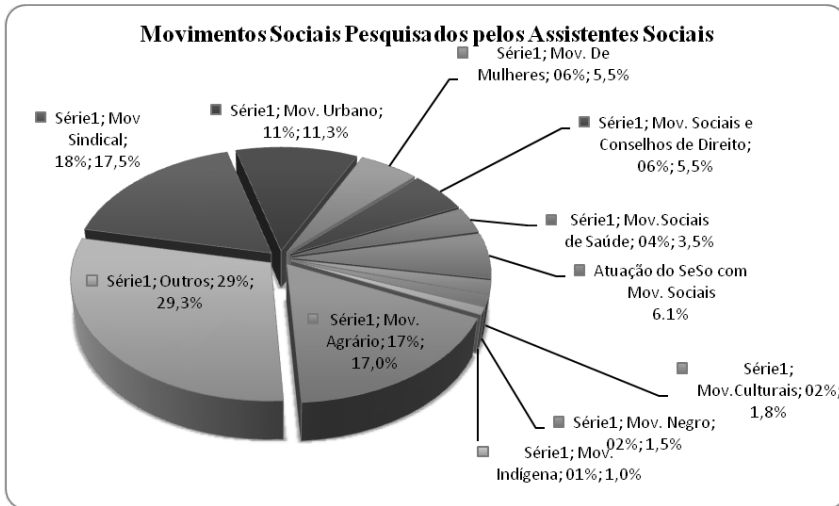


Gráfico 3 - Sujeitos coletivos estudados pelo Serviço Social. Fonte: Anais CBAS e ENPESS.

No último gráfico a fração denominada outros refere-se aos diversos movimentos sociais pesquisados que não atingiram 1% das publicações, tais como o movimento dos aposentados e pensionistas, o movimento dos desempregados, dentre outros.

4.1 A dimensão teórica: o debate acerca dos “novos” movimentos sociais

Neste item serão abordados os principais elementos que envolvem a produção teórica dos assistentes sociais sobre os chamados novos movimentos sociais. As publicações analisadas apontam para uma ampliação desse debate no decorrer do período analisado e, com mais ênfase, a partir dos anos 2000.

Constata-se nos trabalhos uma ênfase nas formas de reivindicação dos atores sociais clássicos através da construção de novas formas de sociabilidade, organização, mobilização e identidades coletivas.

Valoriza-se o plano do cotidiano e a realidade localizada como espaços privilegiados para a reivindicação política; as lutas passam a ser segmentadas, por grupos sociais, com demandas específicas e focais. As mudanças nas formas de atuação dos movimentos sociais traduzem-se em novas pautas políticas e em reivindicações distintas no plano dos direitos e políticas sociais. Costa e Tavares (2008) ao estudarem a diversidade dos *movimentos populares urbanos* ilustram a atuação e reivindicações desses sujeitos a partir da heterogeneidade de pautas políticas apresentadas por cada *grupo social*. Entre os principais movimentos pesquisados pelos assistentes sociais destacam-se os movimentos urbanos, de saúde pública, de mulheres, artístico-culturais e raciais.

As produções teóricas dos assistentes sociais demonstram que o estudo acerca dos *novos* sujeitos coletivos tem incorporado a produção teórica de autores advindos das Ciências Sociais, em especial Castells, Touraine e Boaventura de Souza Santos.

Segundo Silva e Canto as produções teóricas de Manuel Castells foram referências importantes nas reflexões do Serviço Social na década de 80 e influenciam o debate profissional a partir de parâmetros ídeo-políticos distintos. Suas idéias estão presentes, principalmente nos trabalhos que tratam da defesa das singularidades culturais e construção de identidades coletivas, como fenômenos de resistência, produtoras de novos comportamentos, códigos e instituições em contraposição ao fenômeno *homogeneizador* da globalização. Tem forte incidência nas produções a defesa da articulação dos *movimentos sociais em rede* a necessidade de construção de *identidades autônomas*. O argumento central é de que, na medida em que o Estado e as organizações trabalhistas totalizantes perdem sua funcionalidade se fortalecem diferenciados sujeitos coletivos em defesa de interesses particulares (SILVA e CANTO, 2008).

O caráter autônomo da articulação entre indivíduos e coletividades se faria possível e necessário através da ruptura com o modelo organizacional tradicional, autoritário, hierárquico e centralizador, superando-o por meio de uma estrutura horizontal radicalmente nova. A intervenção em *redes* (de estrutura aberta-integrada-descentralizada) seria a forma organizativa característica dos novos movimentos sociais e a mais compatível com o mundo contemporâneo, “[...] multicultural e interdependente que só pode ser entendido e transformado a partir de uma perspectiva múltipla que reúna identidade cultural, sistemas de rede globais e políticas multidimensionais” (CASTELLS apud LIMA, 2006, p.2).

Touraine (1994) ao tratar da *falência* do Projeto Moderno conquista espaço entre os autores que fazem a crítica aos pressupostos da modernidade. Para esse autor com as chamadas *crises de mutação*, forma-se um “[...] novo período utópico [...]”, o que faz com que os “novos” movimentos sociais transitem de *temas econômicos* para *temas pessoais e morais*, em uma ordem social centrada diretamente no mundo dos valores. Segundo Touraine (1994, p.263) tais organizações “[...] falam mais de uma autogestão que de sentido de história e mais de democracia interna que de tomada de poder”.

Santos (1997, p.260-261) aparece entre as publicações dos assistentes sociais como o mais corrente referencial teórico para pensar os *novos* sujeitos coletivos, em um contexto que nomeia de “[...] transição de paradigmas epistemológicos [...]” entre a ciência moderna e a pós-moderna. Segundo o autor, os NMSs ao advogarem por um novo paradigma, menos assente na riqueza e no bem-estar material e mais na cultura e qualidade de vida, tornam-se responsáveis pela construção de uma nova ordem de emancipação pessoal, social e cultural. A *nova* ordem seria caracterizada pela reconceituação do cotidiano, como *campo*

privilegiado de luta por um mundo e vida melhores; pelo fortalecimento dos valores e da cultura, maximalistas, globalizantes, insusceptíveis de finalização; e pela desvulgarização do senso-comum, considerado como espaço de oportunidade única de investimento e protagonismo pessoal e grupal.

Na mesma perspectiva das referências teóricas acima, também estão presentes nas produções dos assistentes sociais autores de grande reconhecimento no debate das ciências sociais, tais como: Bordieu (2001) e Melucci (1989). Dos autores brasileiros, os mais importantes são: Gohn (1997), Scherer Warren (1999), Jacobi (1998), Krischke (1990) e Boschi (1982).

De acordo com Andrade, Moura e Silva (2000, p.398), os autores acima citados influenciam no processo de redefinição das categorias analíticas para se pensar os novos movimentos sociais, fundamentando o questionamento ao que se denomina de “[...] velhos paradigmas das Ciências Sociais”. A partir desses, os movimentos sociais configuram-se como a “[...] categoria-chave no entendimento das práticas sociais” (CASSAB, 2006, p.37), conceituados por Scherer Warren (1996, p.15) como “[...] um conjunto mais abrangente de práticas sócio-político-culturais que visam à realização de um projeto de mudança (social, sistêmico ou civilizatório), resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis”. Nota-se uma significativa substituição do conceito totalizante de *classe social* por *sociedade civil internacional* ganhando força no debate profissional a idéia de *participacionismo*, de cidadania e de emancipação. Nesse sentido, o município, a comunidade e o bairro seriam os espaços privilegiados de atuação política e profissional, aliando a participação direta e local dos cidadãos à sua vida cotidiana, na construção de uma sociedade mais humana e igualitária.

4.2 A dimensão político-organizativa dos assistentes sociais

A atual produção dos assistentes sociais sobre o movimento sindical, expressa nos CBAS e ENPESS, representa 17,5% do total de publicações do período histórico analisado, e destas aproximadamente $\frac{1}{4}$ dizem respeito à organização político-sindical da categoria profissional. Apesar de um quantitativo baixo de trabalhos sobre o tema, devemos considerar este percentual expressivo, diante da pluralidade de organizações sindicais pesquisadas pelos profissionais, em um período histórico de *refluxo* dos movimentos sociais *tradicionais*, crise do sindicalismo e *metamorfoses* no mundo do trabalho (ANTUNES, 1999)¹³. O estudo sobre sindicalismo demonstra abrangência considerável, envolvendo, sobretudo, dois aspectos centrais: os efeitos da reestruturação produtiva, a partir do impacto do desemprego estrutural nas formas clássicas de organização sindical (estruturadas sob o vínculo formal de trabalho), e a crise do novo *sindicalismo* (a flexibilização de seus valores, práticas e concepções).

No que diz respeito à organização político-sindical dos assistentes sociais, a maioria dos trabalhos faz referência ao seu processo de “[...] transitoriedade sindical inconclusa [...]” (ABRAMIDES, 2009, 86). Trata-se dos limites, resistências e polêmicas quanto ao fechamento dos sindicatos da categoria e da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) para a inserção dos profissionais nos sindicatos multiprofissionais, baseados “[...] na unificação de categorias profissionais a partir do setor produtivo, do ramo de

¹³A maioria dos trabalhos norteia-se por uma perspectiva crítica e priorizam a análise de *ferramentas historicamente construídas: sindicatos, partidos e internacionais*, recorrendo “[...] a autores da tradição marxista como o próprio Marx, Engels, Lênin e Trotski, tendo em vista a luta estratégica pela transformação societária” (DURANS; DURANS, 2008, p.3).

atividade ou do nível de contratação a que estão vinculadas” (FONSÊCA, 2001, p.192). Os desdobramentos políticos desta *transição* estão presentes nas publicações tanto do CBAS quanto do ENPESS e trazem para o debate posições de dois campos divergentes: o primeiro, presente na maioria dos trabalhos, segue o posicionamento deliberado democraticamente pela ANAS, em defesa da nova estrutura sindical e unificação das lutas com o conjunto dos trabalhadores por ramo de atividade; o segundo é representado por um reduzido segmento, que em 2000 conduziu a criação da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS) sob o argumento de que era necessário retomar o debate sindical e estimular a organização política da categoria (DALLARUVERA, 2002).

Diante disso, são apresentadas apenas duas estratégias políticas: o retorno aos sindicatos de assistentes sociais e o privilégio de suas pautas políticas corporativas e a permanência da inserção profissional por ramo de atividade, junto ao quadro mais amplo das demandas gerais dos trabalhadores.

4.3 A dimensão da prática profissional: a assessoria aos movimentos sociais

Apesar dos movimentos sociais serem considerados “[...] parte integrante do exercício profissional” (BRAVO e MATOS, 2006, p.158) e objeto de estudo, as publicações teóricas sobre análises e relatos de experiências de intervenção com estes sujeitos coletivos demonstram-se irrisórias, representando somente 6,1% das publicações. Constata-se neste trabalho o que Duriguetto (1995, p.145) problematiza como uma “[...] dificuldade do Serviço Social em tomar a sua inserção junto aos movimentos sociais como trabalho profissional”.

Os autores atribuem o recuo deste debate a conjuntura política desfavorável, de ameaça aos direitos conquistados e criminalização das lutas sociais, além do fenômeno de *institucionalização* dos movimentos sociais através dos conselhos de direitos, transformando grande parte dos militantes em gestores da estrutura democrática estatal. Nesse movimento das classes sociais, o desafio para o trabalho do assistente social seria o do fortalecimento da participação institucional, “[...] alargando os canais de interferência da população na coisa pública, permitindo maior controle social, por parte da sociedade, nas decisões que lhe dizem respeito” (IAMAMOTO, 2001, p.142-143). A atuação no âmbito organizativo da classe trabalhadora seria progressivamente substituída pela intervenção em prol da ampliação da legalidade institucional.

As publicações sobre o tema orientam-se por uma perspectiva metodológica já presente nos anos 80: a *assessoria* aos movimentos sociais. Nos trabalhos apresentados, a assessoria é desenvolvida principalmente com o movimento sindical (Sindipetro/RJ), rural (MST, sindicatos rurais, associações de produtores rurais), urbano (associações de moradores, clube de mães, ocupações urbanas), de saúde e junto a organizações ribeirinhas e de pescadores. Este trabalho realiza-se, na maioria dos relatos, através de *programas integrados de ensino, pesquisa e extensão* efetivados por universidades públicas. Foram desenvolvidos pelos profissionais trabalhos de capacitação de militantes, no formato de cursos, oficinas e seminários, sobretudo, no que diz respeito ao controle social; projetos de intervenção profissional, a fim de atender as demandas próprias ao cotidiano dos movimentos sociais; e o auxílio na formulação de políticas públicas condizentes às reivindicações e lutas apresentadas. No caso do movimento sindical, a assessoria também foi prestada por

profissionais *autônomos*, vinculados a instituições públicas e privadas.

O crescimento do trabalho de assessoria para o Serviço Social estaria vinculado ao que Alves (2002, p.6) sinaliza como “[...] redesenho da atuação dos movimentos sociais”. Os movimentos passariam a demandar auxílio no que diz respeito a sua formação e reaproximação com suas *bases*, no sentido de aglutinar e capacitar o maior número de militantes a participarem dos conselhos de direito, definindo as prioridades de execução das políticas públicas, sem, contudo, esvaziar suas entidades representativas legítimas – associações, organizações comunitárias, sindicatos e outros.

Por fim, podemos afirmar que a conjuntura de *refluxo* e ameaça aos movimentos sociais combativos, impactou no Serviço Social um efeito contrário no que diz respeito ao exercício de assessoria: a clara opção profissional por fortalecer e instrumentalizar o potencial destes sujeitos coletivos, reafirmando valores e princípios contra-hegemônicos.

5 Considerações Finais

As inúmeras temáticas que envolvem a pesquisa sobre a relação profissional com os movimentos sociais levou a reconhecer uma multiplicidade de referenciais teóricos, com o crescimento expressivo da tendência pós-moderna via novos movimentos sociais. A forte presença de produções teóricas fundamentadas nessa perspectiva deve ser analisado com maior rigor, pois pode incidir na compreensão dos fenômenos vistos, não mais numa perspectiva de totalidade mas de forma fragmentada, pulverizada, coerente com os princípios que fundamentam a ordem burguesa e seu correspondente modelo neoliberal.

Esta polêmica nos conduz a refletir sobre uma possível *ameaça* ao projeto profissional hegemônico, diante dos questionamentos da vinculação histórica do Projeto Ético Político à proposta radicalmente democrática de sociabilidade da classe trabalhadora. A *ameaça* vincula-se a dois problemas identificados no decorrer deste trabalho: o primeiro refere-se ao *refluxo* dos movimentos sociais clássicos e de massas, pois, as dúvidas quanto ao projeto societário da classe trabalhadora impõe uma crise ao nosso projeto profissional; o segundo, está condicionado aos fatores objetivos que incidem sobre as bases materiais da profissão, que em tempo de degradação das condições de vida e trabalho, conduzem a saídas imediatas.

Neste cenário, desfavorável aos trabalhadores e de criminalização de sua resistência, faz-se necessário potencializar propostas de fortalecimento dos movimentos sociais calcadas na perspectiva contrária à sociabilidade do capital, objetivando à viabilização prático-política do projeto profissional. Nesta pesquisa, têm-se o exemplo significativo das *práticas de assessoria* aos movimentos sociais, instrumentalizando-fortalecendo-capacitando distintos sujeitos coletivos em sua luta cotidiana.

6 Referências

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetórias de lutas e desafios contemporâneos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, 2009.

_____. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetórias de lutas e desafios contemporâneos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p. 85-108, 2009.

ALVES, J. V. S. Movimentos sociais urbanos na região metropolitana de Belém: elementos para atuação do Serviço Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 8., Juiz de Fora, 2002. **Anais...** Brasília: ABEPSS, 2002.

AMMANN, S. B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

ANDRADE, E. T.; M., R. R.; SILVA, D. A. R. Os impactos de implementação do orçamento participativo sobre as associações de moradores de Blumenau. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 7., Brasília, 2000. **Anais...** Brasília: ABEPSS, 2000.

____. Orçamento participativo de Blumenau: Democratização do poder público ou uma nova matriz do clientelismo? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 7., Brasília, 2000. **Anais...** Brasília: ABEPSS, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

____. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo, Boitempo Editorial, 2006.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BORDIEU, P. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

MORO, M. D.; MARQUES, M. G. A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

BOSCHI, R. R. **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. (Orgs). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. O Trabalho do Assistente Social nas Organizações da Classe Trabalhadora. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 461-477

CASSAB, C. Práticas e Organizações sociais: discutindo Ong e movimento social à luz das novas dinâmicas globais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., Pernambuco, 2006. **Anais...** Brasília: ABEPSS, 2006.

COSTA, S. M. G.; TAVARES L. Pereira de Oliveira. Movimentos populares urbanos e o direito à cidade de Belém: das grandes mobilizações à elaboração e formulação de políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., São Luís, 2008. **Anais...** Brasília: ABEPSS, 2008.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. A era da informação; economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

DALLARUVERA, M. A. **Resgate Histórico da Organização política da categoria**. Fortaleza, 2002. Disponível em: <http://www.saserj.org.br/hist_fenas.htm>.

DURANS, C. A.; DURANS, C. M. Sindicatos, partidos e cooperativas: os instrumentos de luta dos proletários sob a análise do marxismo.

MORO, M. D.; MARQUES, M. G. **A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., São Luís, 2008. **Anais...** Brasília: ABEPSS, 2008.

DURIGUETO, Maria Lúcia. **A temática dos movimentos sociais e sua incorporação no Serviço Social**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

FALEIROS, V. P. Confrontos Teóricos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p. 49-69, 1986.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, Editores, 1976.

FONSÊCA, C. C. **Os assistentes sociais e a Organização Sindical**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., Rio de Janeiro, 2001. **Anais...** Brasília: CFESS, 2001.

GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Editora Loyola, 1997.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R; **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. São Paulo: Cortez/CELATS, 1982.

_____. **O Debate Contemporâneo do Serviço Social e a Ética Profissional**. Serviço Social e Ética: Convite a uma nova prática. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

MORO, M. D.; MARQUES, M. G. A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade In: CFESS. **Atribuições Privativas do(a) Assistente Social em questão**. Brasília/DF, fev. 2002. p. 13-50.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

JACOBI, P. Ação coletiva, atores sociais e cultura política. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p. 94-108, 1998.

KRISCHKE, P. J. Movimentos sociais e democratização no Brasil: necessidades radicais e ação comunicativa. **CIÊNCIAS Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 122-146.

LIMA, C. C. Redes em Balanço: análise das redes de intervenção em políticas públicas na ascensão do projeto neoliberal no Maranhão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., Recife, 2006. **Anais...** Brasília: ABEPSS, 2006.

MELUCCI, A. Nomads of the present: social movements and individual needs. **Contemporary Society**. [s.l]: Hutchinson Radius, 1989.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A crítica conservadora à reconceitualização. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, 1981.

RAICHELIS, R. Considerações a Respeito da Prática do Serviço Social em Movimentos Sociais – Fragmentos de uma Experiência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, 1982.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

SHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

____. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1999.

SILVA, C. F. S; CANTO, V. S. Novos sujeitos coletivos: mulheres negras brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., São Luís, 2008. **Anais...** Brasília: ABEPSS, 2008.

SILVA, V. E. A conquista de cidadania através da arte: a experiência dos movimentos artísticos e culturais da Zona Sul da cidade de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 8., Juiz de Fora, **Anais...** Brasília: ABEPSS, 2002.

SILVA e SILVA, M. O. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, L. E. O trabalhador no contexto dos movimentos sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, p. 49-72, 1985.

TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

